## MIGUEL TEDESCO WEDY

Advogado Criminalista, Mestre em Ciências Criminais pela PUC/RS, Professor de Direito Penal e Direito Processual Penal na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), Membro do Instituto Transdisciplinar de Estudos Criminais (!Tec) e do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (Ibccrim).

## TEORIA GERAL DA PRISÃO CAUTELAR E ESTIGMATIZAÇÃO

**EDITORA LUMEN JURIS** 

Rio de Janeiro 2006

http://bdjur.stj.gov.br

343.852 W393t

## Sumário

| Prefácio  | хi         |
|---|------------|
| Apresentação  | ΧV         |
| Introdução  | xvii       |
| Capítulo I - Estigmatização e Prisão Cautelar   | 1          |
| 1. Estigmatização e Prisão Cautelar   | 1          |
| 1.1. Introdução   | 1          |
| 2. Reflexos sociais e econômicos da estigmatização-oriunda da   |            |
| prisão cautelar   | 3          |
| 2.1. Dos reflexos sociais do estigma  | 3          |
| 2.2. Dos efeitos econômicos do estigma  | 10         |
| 3. Mídia, prisão e estigmatização   | 17         |
| 4. O problema do estigma e o ciclo vicioso ou antropofagia  | 27         |
| Capítulo II - A Violência Estatal da Prisão Cautelar  | 37         |
| 1. A Transformação Histórica  | 37         |
| 2. Teoria Geral das Prisões Cautelares  | 58         |
| 2.1. A Universalização, Constitucionalização e Instrumentalidade do Processo Penal  | 58         |
| 2.2. Conceito e objeto das medidas cautelares pessoais  | 67         |
| 2.3. Requisito e fundamento das prisões cautelares: do equivocado   | 0,         |
| paralelismo entre processo civil e processo penal   | 69         |
| 2.3.1. Do requisito das prisões cautelares  | 78         |
| 2.3.2. Do fundamento das medidas cautelares   | 82         |
| 3. Base epistemológica das prisões cautelares   | 88         |
| 3.1. Princípios aplicáveis  | 90         |
| 3.1.1. Princípio da jurisdicionalidade  | 90         |
| 3.1.2. Princípio da instrumentalidade   | 94         |
| 3.1.3. Princípio da provisoriedade e provisionalidade   | 96         |
| 3.1.4. Princípio da excepcionalidade  | 103        |
| 3.1.5. Princípio da proporcionalidade   | 109        |
| 3.2. Garantias Constitucionais  | 113        |
| 3.2.1. Presunção de inocência versus prisão cautelar  | 113        |
| 3.2.2. Garantia da fundamentação da decisão que decreta a prisão  |            |
| cautelar  | 120        |
| 4. Prisões Cautelares no Brasil   | 124        |
| <ul><li>4.1. Prisão em flagrante: conceito, objeto e natureza jurídica</li><li>4.2. Prisão temporária: conceito, objeto, requisito fundamento</li></ul> | 124<br>129 |
|   |            |

343.852 W393t



| 4.3. Prisão preventiva: conceito, objeto, requisito e fundamentos  | 135 |
|--|-----|
| 4.4. Prisão decorrente da pronúncia                                | 140 |
| 4.5. Prisão decorrente de decisão condenatória recorrível          | 142 |
| 4.6. Breve referência à liberdade provisória                       | 147 |
| Capítulo III - Desconstrução dos Fundamentos das Prisões           |     |
| Cautelares   | 151 |
| 1. Críticas às prisões cautelares a partir do paradigma garantista | 151 |
| 2. Prisão para a garantia da instrução                             | 153 |
| 3. Prisão para a garantia da aplicação da lei penal                | 158 |
| 4. Prisão para a garantia da ordem pública e pára a garantia da    |     |
| ordem econômica  | 163 |
| 5. O tempo, o Direito e a prisão cautelar: a cultura da Urgência   | 172 |
| Considerações Finais   | 187 |
| Referências Bibliográficas   | 189 |

